



ABGLT REPUDIA O ENTENDIMENTO DE “SEXO BIOLÓGICO” DO ITAMARATY

Assistimos a mais um episódio lamentável da perseguição do governo Bolsonaro as LGBTI+ quando o Brasil assumiu posição retrógrada no Itamaraty e orientou diplomatas a frisar que “gênero é sexo biológico” em todas as instâncias internacionais. Na 41ª Sessão de Direitos Humanos da ONU, nosso país se posicionou contra o uso da palavra “gênero” em qualquer contexto, além de vetar a expressão “direitos reprodutivos”, ignorando a laicidade do Estado Brasileiro e alimentando a desigualdade entre homens e mulheres.

O Brasil votou hoje a favor da continuidade da relatoria LGBTI na ONU, em contrapartida já anunciou que o Itamaraty pretende remover os campos “genitor 1” e “genitor 2” dos passaportes brasileiros. A medida demonstra q a intenção de votar a favor da relatoria é parte de uma agenda que tem como foco a exclusão das menções de gênero para que o País possa garantir sua reeleição à Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas mas sem a proposta real de promover a cidadania das pessoas LGBTI.

Os e as Diplomatas mundo afora receberam instruções oficiais do comando do Itamaraty para que, reiterem em qualquer espaço de representação do Brasil “o entendimento do governo brasileiro de que a palavra gênero significa o sexo biológico: feminino ou masculino”, já demonstrada nas discussões de diversas resoluções na ONU, como Direito à Educação e Violência Contra a Mulher.

A medida, além de absurda e retrógrada nos sinaliza de que o governo intensificará a perseguição as LGBTI+ que vem vulnerabilizando a nossa população, o que já foi denunciado pela ABGLT e pelo movimento LGBTI+ Brasileiro. Reflete ainda a extinção de diversos serviços e políticas essenciais para a pauta de Direitos Humanos e em especial da promoção de nossos direitos e acesso a cidadania.

O Brasil é um dos piores lugares do mundo para que pessoas vivam sua transgeneridades. Segundo dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), no ano de 2018 ocorreram 163 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 158 Travestis e Mulheres Transexuais, 4 Homens Trans e 1 pessoa Não-Binária. A cada 48 horas, aproximadamente, morre uma pessoa trans.

De acordo com a ONG TransRespect, entre 2008 e 2014, o Brasil foi palco de 868 assassinatos. Enquanto a estimativa de vida de um brasileiro é de 74,6 anos, segundo o IBGE, a de uma pessoa trans brasileira é de 35 anos.

A ausência destas pessoas no seu lugar de direito na cidadania é impressionante, porém na contramão disso a implementação de políticas publicas para reparar esta realidade é quase ausente.



**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS,
BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS**

Nota OFICIAL

Ao entender que pessoas transexuais e travestis podem retificar seu nome administrativamente na ADI 4275, o STF não só reconheceu esta população enquanto sujeitos de direito, mas também a exclusão social provocada pela transfobia estrutural, além do direito ao autoreconhecimento do gênero.

O entendimento de “sexo biológico” externado pelo Itamaraty afeta diretamente e em especialmente a inclusão de mulheres transexuais e travestis nas políticas para as mulheres e de direitos humanos.

ENQUANTO NÃO GARANTIRMOS NOSSA CIDADANIA PLENA, A REVOLTA DAS CORES SERÁ PERMANENTE!

Nenhum Direito a Menos!

Revolta das Cores

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos